



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

Eficácia dos trabalhos no domínio da protecção ambiental

Durante muitos anos, o Governo tem vindo a afirmar que dá importância aos trabalhos para a protecção ambiental e definiu, sucessivamente, o Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020) e o Planeamento da Gestão de Resíduos Sólidos de Macau (2017-2026), entre outros, mas os respectivos efeitos, até ao momento, não são o ideal. Por exemplo, muitas construções incluídas no referido planeamento de 2010-2020, que estão quase na fase de conclusão, são ainda incertas, e na respectiva avaliação da fase de médio prazo surgiram situações ambíguas ou de baixo cumprimento. Mais, também se desconhece a situação de alguns projectos deste planeamento, por exemplo, a construção da estação de água reciclada em Coloane, incluída no Plano de Desenvolvimento da Água Reciclada em Macau (2013-2022), com o objectivo de haver coordenação com o referido planeamento de 2010-2020, foi suspensa em 2015, porque o Secretário Raimundo do Rosário questionou o preço elevado deste empreendimento e prefere dar prioridade a outros projectos. Até ao momento, a situação deste plano permanece desconhecida. Pelo exposto, vê-se que o Governo tem falta de determinação nos trabalhos para a protecção ambiental e, mesmo havendo planos, estes reduzem-se a nada, porque nunca consegue concluí-los no prazo determinado.

Em retrospectiva, apesar de o Governo afirmar nas Linhas de Acção Governativa, todos os anos, a atenção dada à protecção ambiental, a verdade é que esta atenção não se reflecte na prática. Por falta de regulamentação e industrialização do sector, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA), enquanto serviço competente, tem uma capacidade de execução e competências relativamente insuficientes. A situação de Macau não se compara com a promoção da protecção ambiental do País nos últimos anos, na qual a prioridade é exactamente reforçar as competências dos serviços

IO-2018-01-29-Lam Lok Fong (p) mmc



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

responsáveis, concedendo-lhes meios suficientes para fazer a sociedade cumprir a política ambiental. Neste momento, a Lei de bases de gestão das áreas marítimas está em processo legislativo, sendo de prever mais trabalhos de protecção ambiental, pois a área costeira aumentou. Mas, com o actual texto da proposta de lei, há preocupações quanto à capacidade de a DSPA cumprir as suas competências, enquanto uma das entidades de gestão. O pior é que, com as competências dispersas por diferentes serviços, os procedimentos administrativos vão ser mais complexos, enfraquecendo ainda mais a eficiência. Assim, apresento esta interpelação, convidando os membros do Governo a discutir o assunto.

1. Como é que se vai reforçar a capacidade de cumprimento das políticas por parte da DSPA e simplificar os procedimentos administrativos respectivos? Vai considerar-se a adopção de uma fiscalização pró-activa, para verificar a concretização dos trabalhos ambientais nos organismos importantes?

2. O Governo tem confiança na concretização do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020), do Plano de Desenvolvimento da Água Reciclada em Macau (2013-2022) e do Planeamento da Gestão de Resíduos Sólidos de Macau (2017- 2026) Qual é o ponto de situação?

3. A fim de apoiar o desenvolvimento do sector de reciclagem, como é que o Governo vai resolver a falta de terrenos para reciclagem e separação do lixo? Que planos tem o Governo para a industrialização da fase final de reciclagem, nomeadamente, a reutilização e a transformação de resíduos em energia?

29 de Janeiro de 2018

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Lam Lok Fong**

IO-2018-01-29-Lam Lok Fong (p) mmc